



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 05/2018

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, pelas dez horas, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão aberta ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

= Reunião aberta ao público =

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata número 4/2018, referente à reunião do dia 23/07/2018;
2. Revisão dos Estatutos da Universidade do Minho;
3. Aprovação final do edital do Concurso 1/2018 - Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento;
4. Comissões Especializadas do Conselho Geral: ponto da situação.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações;
2. Análise dos resultados da Universidade do Minho no Concurso Nacional de Acesso 2018;
3. Alteração da designação do Núcleo de Investigação em Enfermagem (NIE) para Centro de Investigação em Enfermagem (CIEuf);
4. Participação da UMinho no Centro de Medicina P5;
5. Desenvolvimento da *Innovation Arena* na "Quinta dos Peões";
6. Outros assuntos.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, Joaquim Rocha, Luís Amaral, Maria Helena Guimarães, Óscar Gonçalves, Patrícia Jerónimo Vink, Bruno Gonçalves, Nuno Reis, Inês Silva, Victor Soares, José Teixeira, Maria da Graça Coelho, Manuel Carvalho da Silva e Paula Silva. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Álvaro Sanróman, Sandra Paiva, Maria José Costa e Ramón Villares. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

Antes do início dos trabalhos, foram investidos como Membros Representantes dos Professores e Investigadores no Conselho os Professores Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano, Paulo António Alves Pereira e a Investigadora Alexandra Margarida Pinto Marques. O Presidente do Conselho Geral conferiu também posse ao Professor Mário Miguel Machado Osório Gonçalves, como Membro do Conselho de Ética da Universidade do Minho.

De seguida, cumprimentou os presentes, assim como os membros da Comunidade Académica a acompanhar a reunião através da transmissão, deu as boas vindas aos novos membros e iniciou a reunião do Plenário.

Ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 13.º do Regimento do Conselho Geral, em conjugação com a alínea h) do artigo 29.º dos Estatutos da UMinho, a Conselheira Maria Helena Guimarães dirigiu-se ao Conselho para apresentar duas propostas. A primeira foi no sentido de que, no presente mandato, as reuniões do Conselho, dentro do logisticamente possível, fossem realizadas rotativamente nas diferentes Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI), com prioridade para aquelas que não têm membros representados no Conselho, como é o caso do Instituto de Ciências Sociais e da Escola Superior de Enfermagem. Sugeriu ainda a possibilidade de nestas reuniões os Presidentes das UOEI se dirigirem brevemente ao Conselho, constituindo assim uma forma eficaz de aproximação e auscultação destas estruturas da Universidade de uma forma mais direta.

Esta proposta foi acolhida por todos os membros presentes, tendo sido acordado que as reuniões do próximo ano serão realizadas nesta modalidade.

A segunda proposta dizia respeito à necessidade de as atas das reuniões do Conselho serem disponibilizadas, sem acesso reservado, na página correspondente a este órgão no site online da UMinho. Referiu a insatisfação da Comunidade Académica com a reduzida visibilidade dos trabalhos do Conselho, assim como com a forma pouco direta de lhes aceder. Considerou que esta será uma medida efetiva de transparência da atividade do órgão e do seu contributo para a governação da Universidade, e que o acesso fácil e direto às atas seria muito apreciado pela Comunidade Académica e teria um impacto muito positivo na imagem de abertura do Conselho à mesma.

O Presidente informou que atualmente as atas das reuniões do Conselho, após a sua aprovação no Plenário, são apenas disponibilizadas para acesso público no site do Conselho e considerou muito pertinente a medida proposta pela Conselheira Maria Helena Guimarães, tendo sido deliberada a inclusão de uma hiperligação que possibilite o acesso público às atas das reuniões através da página do Conselho alojada no site da UMinho.

Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata n.º 4/2018, referente à reunião do dia 23/07/2018

O Presidente colocou à votação a ata número 04/2018, respeitante à reunião do dia 23 de julho de 2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2. Revisão dos Estatutos da Universidade do Minho



O Presidente contextualizou a proposta apresentada pelo Conselheiro Victor Soares, a quem deu de seguida a palavra.

O Conselheiro Victor Soares expôs os três itens da sua proposta, a qual previa a alteração da designação dos trabalhadores da UMinho que exercem funções de índole técnica e administrativa; a alteração da composição do Conselho de modo a existirem dois representantes desse corpo de trabalhadores, assim como a consagração da Comissão de Trabalhadores nos Estatutos da Universidade. Sugeriu que estas propostas fossem objeto de uma reflexão mais profunda em sede da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), para posteriormente ser apresentada ao Plenário uma proposta mais consolidada, com vista a uma eventual aprovação.

No que respeita à designação dos “Trabalhadores não Docentes e Não Investigadores”, informou os presentes dos contactos tidos com elementos de outras universidades e sugeriu a alteração para *“Pessoa Técnico, Administrativo e de Gestão”*. Realçou ainda a importância para, numa futura revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), ser efetuada uma sensibilização junto do legislador para a necessidade de alterar a atual designação.

O Reitor mostrou a sua concordância com a necessidade de se proceder à alteração da designação dos trabalhadores da Universidade com funções de não docência, dado que a atual, duplamente negativa, não é a mais adequada para este corpo da Universidade.

Relativamente aos restantes pontos propostos, chamou a atenção para o facto de os Estatutos serem cautelosos no que se refere à periodicidade da sua revisão, tentando evitar revisões muito pontuais e tentativas sucessivas de correção das disposições que se vão revelando menos adequadas. Realçou o facto de os Estatutos atualmente em vigor terem sido aprovados há pouco mais de um ano, e entendeu que deveria existir um período mais alargado de experiência e aplicação dos mesmos para que pudesse ser aferida a atuação dos novos órgãos da Universidade, designadamente, o Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas, o Conselho de Ética e o Provedor Institucional.

Afirmou não lhe parecer adequada a existência de intervenções pontuais no documento estatutário, as quais obrigarão a desencadear um processo longo e exigente, mas sim a realização de uma revisão mais substancial, decorrente da experiência da concretização das orientações dos Estatutos em vigor.

O Conselheiro Óscar Gonçalves mostrou a sua concordância em que o Conselho e a CE-GAIAF vão reunindo um conjunto de ideias que possam consubstanciar numa proposta a ser apresentada ao Plenário para votação, mas chamou a atenção para que esta alteração estatutária deva ser realizada a tempo de permitir a organização do próximo ato eleitoral para o Conselho, referindo-se em concreto à proposta de inclusão de mais um elemento representante dos trabalhadores técnicos e administrativos.

O Conselheiro Victor Soares entendeu que as propostas por ele apresentadas, por si só, seriam justificativas para a realização da revisão e reiterou a preocupação da implementação desta revisão a tempo do próximo ato eleitoral.

Atendendo às recomendações do Reitor e dos Conselheiros Óscar Gonçalves e Victor Soares, o Conselho deliberou remeter à CE-GAIAF a proposta apresentada, com vista à sua análise e preparação do documento da revisão dos Estatutos da UMinho, tendo o Presidente realçado a necessidade de a mesma ser efetuada a tempo do próximo ato eleitoral para o Conselho, de modo a que a eleição possa já refletir uma eventual nova constituição do órgão.

No que respeita à designação do pessoal técnico, administrativo e de gestão, o Conselho entendeu que a alteração é de todo pertinente e foi colocada à votação a adoção, ao nível interno da UMinho, da designação de "*Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão*", a qual foi aprovada por unanimidade. Foi solicitado ao Reitor para que este, junto do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), chame a atenção para a necessidade de o RJES ser revisto e para que nessa revisão, entre outras, seja prevista esta alteração.

Ainda neste âmbito, o Conselheiro Luís Amaral referiu que, em sede da reunião CE-GAIAF, havia sido sugerida a existência de um processo de pré-entendimento da rede de contactos das várias universidades, com vista à convergência da designação dos trabalhadores técnicos e administrativos a propor ao legislador para refletir no RJES.

3. Aprovação final do edital do Concurso 1/2018 - Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento

O Conselheiro Óscar Gonçalves procedeu à contextualização do projeto e informou que o edital agora em apreciação havia sido remetido à CE-GAIAF para a avaliação de três aspetos: a constituição do júri, a atribuição do orçamento para o desenvolvimento do projeto e a definição do prazo de candidatura. Fez saber que foi entendimento da CE-GAIAF que, dada a especificidade do projeto em causa, o acompanhamento do mesmo deveria ser transferido para a Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS).

No que diz respeito ao painel de avaliação, comunicou que este será presidido por um dos membros externos do Conselho, o Doutor Manuel Carvalho da Silva, a quem agradeceu a disponibilidade demonstrada, e por dois vogais externos ao Conselho e à Universidade – o Prof. Doutor Pedro Guedes de Oliveira, Professor Jubilado da Universidade do Porto, e a Licenciada Catarina Oliveira Fernandes. Destacou o perfil destas duas personalidades, sendo o do Prof. Doutor Pedro Guedes de Oliveira mais ligado ao mundo académico, cuja carreira tem sido marcada pela vasta reflexão sobre vários temas ligados ao Ensino Superior, e a este tema em particular, e a Licenciada Catarina Oliveira Fernandes, um perfil mais jovem, com formação jurídica e de gestão, e com fortes ligações ao mundo empresarial e a projetos com UMinho.



Relativamente ao orçamento, informou que o valor inicialmente previsto era de 10.000 euros, mas que, em sede da reunião da CE-EIIS, foi aprovado o montante de 12.000 euros, tendo em vista a possibilidade de a bolsa de investigação poder vir a ser renovada pelo período de três meses. Esta comissão aprovou ainda o alargamento do período de candidaturas até 31 dezembro de 2018, para garantir aos potenciais interessados o tempo suficiente para constituírem as equipas multidisciplinares e elaborarem as propostas.

O Presidente agradeceu ao Conselheiro Óscar Gonçalves a exposição realizada, bem como ao Conselheiro Manuel Carvalho da Silva pelo facto de este ter aceite presidir ao júri do projeto, e enalteceu a escolha dos restantes elementos que constituirão o painel de avaliação. Solicitou ao Reitor para se pronunciar sobre o montante de financiamento proposto, tendo este garantido que o orçamento para o ano de 2019 dotará o Conselho de verba suficiente para fazer face ao seu funcionamento geral, assim como para o desenvolvimento dos projetos a cargo do Conselho e dos quais são já conhecidos os impactos financeiros.

Colocado à votação o edital do projeto Concurso 1/2018 - Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento, este foi aprovado por unanimidade.

O Conselheiro Óscar Gonçalves alertou o Conselho para o facto de, face à qualidade do júri do projeto, ser necessário levar a cabo estratégias de divulgação junto das UOEI e dos Centros de Investigação que permitam, de forma eficaz, encorajar as equipas de investigação a aproveitarem esta oportunidade de exercício conjunto multidisciplinar e a apresentarem as suas candidaturas. Neste sentido, solicitou aos membros presentes a apresentação de sugestões sobre a melhor forma de divulgação, com vista à captação de propostas de qualidade.

O Conselheiro Victor Soares afirmou que esta será uma excelente oportunidade para o Conselho interagir com a Comunidade Académica e sugeriu a preparação de uma mensagem que, para além da divulgação do edital, pudesse mostrar a importância do projeto para a vida da Universidade.

A Conselheira Isabel Soares considerou que, para além da comunicação através de mensagem, o Conselho deverá encetar outro tipo de iniciativas que permitam uma aproximação efetiva do mesmo às UOEI, aos Centros de Investigação e à Comunidade Académica em geral. Entendeu que estes projetos deveriam ser apresentados presencialmente, em sede de reuniões ou sessões de esclarecimento em contextos específicos, nas quais seja possível estabelecer um diálogo com as várias estruturas da Universidade, conferindo-lhes assim a possibilidade de apresentarem sugestões relativamente ao funcionamento do Conselho.

O Presidente informou que, para além das iniciativas referidas pela Conselheira Isabel Soares, cuja realização ficará a cargo das Comissões Especializadas, remeterá uma carta aos presidentes das UOEI e aos diretores dos Centros de Investigação, com vista a solicitar a dinamização dos docentes e investigadores para



a apresentação de candidaturas. Solicitou também ao Reitor para que, junto do Conselho de Presidentes das Unidades Orgânicas, divulgue os projetos a cargo do Conselho e apele à participação nos mesmos.

4. Comissões Especializadas do Conselho Geral: ponto da situação

O Presidente informou que as duas Comissões Especializadas do Conselho tinham já iniciados os trabalhos e resumiu os memorandos resultantes das reuniões ocorridas. Deu conhecimento aos presentes de que a Comissão de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS) será presidida pela Conselheira Maria Helena Guimarães e que a Comissão de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF) terá como presidente o Conselheiro Luís Amaral.

Concedeu de seguida a palavra à Presidente da CE-EIIS, para expor ao Conselho as principais conclusões da reunião daquela Comissão.

A Conselheira Maria Helena Guimarães transmitiu a vontade que a CE-EIIS tem em ser proactiva no exercício das suas competências, nomeadamente, na proximidade com as várias estruturas da Universidade com vista a ouvir as suas sensibilidades e preocupações. Informou que na sua agenda mais próxima a CE-EIIS gostaria que fossem analisadas duas matérias consideradas estratégicas para a Universidade: a entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior e as Escolas Doutorais.

O Presidente entendeu que os temas propostos pela CE-EIIS merecem alguma reflexão e propôs que fossem remetidas à Presidente daquela Comissão os contributos tidos como pertinentes sobre estes temas.

Solicitou de seguida ao Conselheiro Luís Amaral o resumo dos temas abordados na reunião da Comissão a que preside.

O Conselheiro Luís Amaral mencionou que na reunião da CE-GAIAF foram debatidos os projetos de investigação promovidos pelo Conselho aprovados, bem como a proposta de revisão dos Estatutos. Sobre esta última matéria, a Comissão pronunciou-se de forma unânime a favor da alteração da designação dos trabalhadores que exercem funções de não docência, assim como da consagração no documento estatutário da Comissão de Trabalhadores. No que respeita à alteração da constituição da composição do Conselho, esta foi entendida como sendo uma questão que carece de uma maior reflexão, em particular no que respeita à sua dimensão, não tendo sido clara a convergência para um aumento do número de elementos do órgão.

O Conselheiro Victor Soares mostrou concordância em que a questão mereça uma análise e discussão mais aprofundada, e de que nesta sessão o Conselho não se pronuncie em definitivo sobre o assunto, mas informou que ele próprio trará futuramente esta questão, em tempo útil, para nova apreciação.



Assuntos de Iniciativa do Reitor

1. Informações

O Reitor sinalizou algumas das iniciativas da vida da Academia que decorreram desde a última reunião do Conselho, dando ênfase à tomada do novo presidente da Escola de Arquitetura, Prof. Doutor Pedro Bandeira; ao encerramento do programa de apoio à reconstrução da Síria - Summer School; à cedência ao Arquivo Distrital de Braga, pela Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), de um arquivo documental relativo à história da Companhia de Diamantes de Angola; à realização do encontro Caixa Alumni, o qual possibilitou a consolidação da relação com os antigos estudantes; o acolhimento dos novos alunos; ao Festival de Outono, que pela primeira vez contou com eventos em Braga e em Guimarães; à comemoração do centenário do nascimento da D.^a Maria Teresa Salgueiro, doadora à UMinho da Casa Museu de Monção; à inauguração dos Encontros da Imagem, com o acolhimento no novo espaço de eleição situado edifício norte do Largo do Paço; à deslocação à Universidade de Lille de uma delegação da UMinho ao nível da formação pós-graduada em Psicologia; à condecoração, pelo Senhor Presidente da República, do Prof. António Cunha com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública. Referiu também a realização da Cimeira do Consórcio UNorte, na qual foram focados temas como a modernização administrativa das instituições de ensino superior e os constrangimentos ocorridos com as iniciativas desenvolvidas com a CCDRN, designadamente, a não abertura atempada dos avisos que permitiriam a apresentação de propostas conjuntas na área da investigação, constrangimentos esses que já estarão em vias de serem ultrapassados.

Transmitiu de seguida um conjunto de informações de índole financeira, iniciando com a questão das valorizações remuneratórias do corpo docente, referindo que as mesmas têm na UMinho uma configuração muito particular, decorrente do facto de a avaliação dos docentes se reportar ao período de 2015-2017, avaliação esse já se encontra concluída. Deu a conhecer a realização de uma reunião do Conselho de Coordenadores de Avaliação na qual foram tomadas várias decisões, as quais foram posteriormente transmitidas aos Presidentes das UOEI para a avaliação do impacto das mesmas. Informou os presentes de que, analisados os resultados da avaliação docente, e tendo em vista o cumprimento do previsto na lei em termos das respetivas valorizações remuneratórias, é possível constatar que a UMinho necessitará de financiamento próprio suplementar ao valor a transferir do Orçamento do Estado (OE) para o efeito. Mencionou também que este quadro será agravado pela implementação do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP) e, relativamente a este processo, afirmou que, ao nível dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM), foram aprovados 36 requerimentos, dos quais 32 foram integrados no segundo semestre do corrente ano. No que diz respeito aos trabalhadores da Universidade, informou que 276 trabalhadores requereram a avaliação dos requisitos de acesso ao programa, dos quais 121 foram aprovados pela Comissão Bipartida de Avaliação, tendo a UMinho votado contra a integração de 12 desses trabalhadores. Questionado sobre as razões que conduziram a UMinho a tomar essa decisão, informou tratar-se de docentes e investigadores, sendo a posição da UMinho a de



que a integração destes trabalhadores por esta via é inadequada e pouco compatível com os critérios de acesso às carreiras de docência de investigação, para além de que só a integração destes 12 elementos traria um encargo suplementar de meio milhão de euros. Referiu ainda que, a verificar-se a integração de todos os trabalhadores cujos requerimentos foram aprovados, a UMinho terá um esforço financeiro adicional de 1.436.000€.

Terminou a intervenção, comunicando ao Conselho que, dada a expectativa da UMinho de que os encargos financeiros decorrentes do PREVPAP e das valorizações remuneratórias estariam previstos nos encargos assumidos pelo estado, o que não se verificará, havia remetido uma carta ao Ministro das Finanças, com cópia ao Primeiro Ministro e ao Ministro da Tutela, na qual alertava para o incumprimento do compromisso e dava nota de que, a não ocorrer a transferência devida, a UMinho ficará perante enormes dificuldades.

Finda a apresentação do Reitor, o Presidente abriu o debate.

O Conselheiro Nuno Reis referiu-se à medida de redução do teto máximo das propinas, recentemente aprovada na Assembleia da República, e questionou qual o impacto da mesma no financiamento da UMinho. Recordou que essa medida implicará uma redução de 212 euros e entendeu que, muito embora esta redução seja um passo importante na reivindicação dos Estudantes, é necessário refletir sobre o próprio financiamento do Ensino Superior, designadamente, através de uma revisão da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior (LBFES). Apresentou de seguida algumas preocupações no que respeita às repercussões desta medida na fórmula de cálculo do limiar da elegibilidade dos bolseiros, o qual terá impacto no regulamento de atribuição das bolsas e poderá conduzir a um menor número de estudantes abrangidos. Questionou o Reitor se a implementação dos processos PREVPAP, valorizações remuneratórias e a diminuição do valor das propinas irão pôr em causa a manutenção do regime fundacional da UMinho, face à obrigatoriedade de obtenção de 50% de receitas próprias da UMinho. Pediu também esclarecimentos sobre as implicações para a comunidade estudantil do peso da implementação destas medidas, nomeadamente, se haverá agravamento dos valores a pagar ao nível de taxas e emolumentos, os quais não estão abrangidos pelo sistema de ação social, assim como ao nível do alojamento.

Por fim, realçou a necessidade de a discussão destas matérias ser alargada às restantes universidades e agentes do ensino superior, principalmente no que respeita à LBFES, para que todos eles possam apresentar as suas especificidades.

O Conselheiro Victor Soares referiu que foi criada uma forte expectativa de que o processo PREVPAP seria muito mais célere do que aquilo que efetivamente está a acontecer, o que conduziu a uma situação de preocupação latente junto da Comunidade Académica. Fez uma sugestão ao Reitor para que este, através de uma nota informativa ou outro mecanismo por ele entendido, preste informações mais concisas aos trabalhadores sobre a forma como está a ser conduzido este processo.

Constatou que os constrangimentos da implementação do programa são fundamentalmente de carácter orçamental e apelou ao espírito corporativo das universidades para encontrarem medidas concretas e efetivas, que não apenas através de missivas, que lhes possibilitem a tomada de uma posição forte no que respeita ao não cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo, quer nesta área, assim como na área da investigação.

No âmbito das informações prestadas pelo Reitor, o Conselheiro José Teixeira chamou a atenção para dois projetos que, no seu entender, revelam de grande importância para a Universidade e não foram referidos. O primeiro diz respeito à aprovação de um Laboratório Colaborativo, coordenado pela Conselheira Isabel Soares, o qual operará ao nível do desenvolvimento sustentável. O segundo diz respeito à atividade levada a cabo pelo Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade (I-BS), que comemorou o segundo aniversário, e que tem vindo a aumentar a sua capacidade de agregar um maior número de empresas externas, apresentando como exemplo a atribuição da Cátedra "Proef-dstelecom/IB-S em Redes de Telecomunicações Sustentáveis para a Sociedade Digital do Futuro" a qual permitirá à Universidade angariar 400 mil euros.

O Conselheiro Eugénio Ferreira informou o Conselho de que foram também alvo de aprovação duas candidaturas apresentadas pelo Centro de Investigação em Engenharia Biológica, e nas quais a UMinho é a entidade parceira, sendo uma delas na área da Economia Circular e a outra na área da Tecnologia Alimentar.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva apoiou o Reitor nos esforços para clarificar a situação financeira da universidade e entendeu que as instituições de ensino superior devem encontrar soluções alternativas. Realçou a necessidade de atrair os jovens que já se encontram no mercado de trabalho e referiu-se ao papel que o Conselho poderá desempenhar ao lançar alertas para as incertezas e os bloqueios que prendem as instituições, assim como a comunidade em geral, a um baixo patamar de desenvolvimento durante longos períodos de tempo.

O Conselheiro Bruno Gonçalves alertou para a importância do reforço do ensino à distância como forma de potenciar aos estudantes trabalhadores o acesso aos cursos da UMinho e, no que respeita ao programa de regularização dos vínculos precários, saudou a UMinho pela postura de responsabilidade social adotada. Relativamente ao financiamento da Universidade, questionou o Reitor sobre a eventual intenção de fixação do teto máximo também para o 2º ciclo de estudos e lançou o repto para que o Consórcio UNorte possa refletir sobre a gratuitidade do ensino.

A Conselheira Maria Helena Guimarães questionou o Reitor sobre a data na qual serão homologados os resultados da avaliação dos docentes, bem como sobre a previsão para a realização da notificação dos interessados das respetivas pontuações atribuídas.

Solicitou ainda ao Reitor que, ao abrigo da alínea b) do artigo 8.º do Regimento do Conselho Geral, fosse fornecida a informação atualizada sobre a ação inspetiva à UMinho conduzida pela Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC), conforme se havia comprometido na reunião do dia 22 de janeiro do corrente ano. Recordou que decorreram já nove meses desde que por ele foram prestadas as declarações consideradas como relevantes, e entendeu que devem ser dados a conhecer ao Conselho os desenvolvimentos ocorridos nesse período sobre a condução do processo, bem como os resultados do mesmo.

Ainda no âmbito da ação inspetiva, solicitou a disponibilização ao Conselho da documentação que faz parte integrante da mesma, dado que este órgão a ela tem direito, evitando assim o recurso aos meios legais que os seus Membros têm ao dispor para acederem aos documentos administrativos. Chamou a atenção para o facto de esta ação inspetiva constituir um assunto delicado, o qual continua a ter consequências danosas para o bom nome da Universidade, pelo que importa ao Conselho conhecer o processo em detalhe e realizar o seu devido acompanhamento.

O Reitor começou por informar que, no que respeita à ação inspetiva da IGEC, não houve qualquer desenvolvimento posterior à sua última intervenção sobre a matéria realizada no Conselho. Referiu não ter conhecimento da existência de uma reação por parte da IGEC, ou mesmo do Ministério da Tutela, relativamente à resposta produzida na altura pela UMinho. No que respeita ao pedido de acesso à documentação da instrução do processo, sugeriu que o mesmo lhe fosse apresentado formalmente.

Agradeceu aos Conselheiros José Teixeira e Eugénio Ferreira a referência aos projetos omitidos na sua intervenção e referiu que os mesmos testemunham a capacidade que a UMinho vai manifestando em responder adequadamente aos desafios externos. Enalteceu o desempenho da UMinho relativamente aos Laboratórios Colaborativos e lembrou que há ainda projetos nesta área a aguardar a decisão e que poderão traduzir-se em ações futuras.

Relativamente às preocupações apresentadas pelos vários Conselheiros, referentes ao quadro de incerteza e instabilidade que as questões do pagamento das valorizações remuneratórias aos docentes, do PREVPAP e a da redução do valor máximo das propinas trazem à Universidade, informou que há um conjunto de ações em curso, levadas a cabo quer pela UMinho, assim como pelo CRUP, no sentido de tentar sensibilizar o poder político para a importância da atividade das universidades e para os impactos negativos nessa atividade que poderão decorrer do incumprimento dos compromissos que foram assumidos pelo Governo.

No que respeita ao PREVPAP, disse ter procurado manter as pessoas informadas, especialmente nas suas intervenções públicas onde tem vindo a sinalizar esta matéria, e afirmou ter a clara perceção de que a situação de indefinição é perturbadora, particularmente nos casos em que os contratos já cessaram. Chamou a atenção para a deficiente condução do processo por parte da Tutela, apresentando como exemplo o facto de a UMinho não ter tido ainda acesso, para validação, às atas das reuniões da Comissão Bipartida nas quais foram tomadas as diferentes decisões sobre os requerimentos apresentados pelos trabalhadores da UMinho.



Em resposta à solicitação da Conselheira Maria Helena Guimarães, informou que a homologação dos resultados das avaliações dos docentes será realizada de modo a permitir que as respetivas valorizações sejam refletidas no pagamento dos vencimentos do mês de novembro, seguindo-se a notificação dos interessados.

2. Análise dos resultados da Universidade do Minho no Concurso Nacional de Acesso 2018

O Reitor considerou a análise dos resultados do concurso nacional de acesso como sendo um dos momentos mais importantes para a Universidade, dado que nele é possível verificar se a oferta educativa de que esta dispõe está ou não a ser reconhecida pelos potenciais candidatos.

Da análise dos resultados do concurso nacional 2018 destacou o facto de a percentagem de preenchimento de vagas na primeira fase ter sido de 97%, o que, muito embora sendo um excelente resultado, representa um decréscimo em relação ao concurso de 2017; fez referência ao preenchimento de 2862 vagas das 2869 que estavam a concurso, assim como ao aumento significativo do número de vagas oferecidas versus o número de vagas preenchidas. Informou que a percentagem de candidatos ingressados na UMinho com nota de acesso igual ou superior a 17 valores, foi de 23,5%, percentagem que considerou muito gratificante dado que apenas as Universidade Nova de Lisboa e a Universidade do Porto obtiveram melhor resultado, respetivamente, 36% e 52%. No que respeita à colocação por unidades orgânicas, deu a conhecer aquelas em que não foi assegurado o preenchimento da totalidade das vagas, nomeadamente, a Escola de Ciências, a Escola de Engenharia, o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto de Educação e o Instituto de Letras e Ciências Humanas.

Referiu ainda o facto de, concluídas as três fases do concurso, a UMinho ter ocupado 98% das vagas e que as vagas sobranças estão distribuídas por cinco cursos: Licenciatura em Arqueologia, Licenciatura em Teatro, Licenciatura em Ensino Básico, Licenciatura em Optometria e Ciências da Visão e Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território. No caso da Licenciatura em Ensino Básico, apresentou como explicação a exigência a partir deste ano da disciplina de Matemática para acesso ao curso. Afirmou que o decréscimo da procura da Licenciatura em Optometria e Ciências da Visão poderá estar relacionada com o facto de a profissão de optometrista não ser reconhecida pelo Ministério da Saúde, razão pela qual foram já efetuadas várias interações com o Ministério no sentido de ser obtido esse reconhecimento. No que se refere à Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território, recordou que a aprovação da mesma pelo Ministério foi realizada muito próximo da data limite do concurso, o que condicionou a divulgação adequada da licenciatura. Disse existir uma grande expectativa para este curso, dado que o mesmo responde a necessidades sociais e económicas atuais do país, e que estão a ser desenhadas novas ações de divulgação para o mesmo.



Realçou também o facto de a UMinho ter recebido 180 estudantes estrangeiros, os quais são na sua maioria oriundos do Brasil, situação que decorre não só da conjuntura particular que o país atravessa, mas também do reconhecimento da qualidade do ensino da UMinho.

Fez referência à entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior e entendeu que as instituições deverão redesenhar a oferta educativa atual, por efeito do fim dos Mestrados Integrados, e que, no caso particular da UMinho, as UOEl deverão, em conjunto com a Reitoria, pensar de forma global os desafios a enfrentar. Terminou a sua intervenção considerando que o ensino à distância deverá ser reforçado.

Terminada a exposição, o Presidente abriu o debate sobre a matéria.

O Conselheiro Nuno Reis agradeceu a apresentação do Reitor e questionou se já há dados conclusivos no que respeita à reorganização da oferta educativa, face ao desaparecimento dos Mestrados Integrados. Pediu também esclarecimentos sobre a forma como serão organizados os mestrados de continuidade de estudos e se haverá retrocesso no valor pago pelos Mestrados Integrados, os quais têm um custo definido por lei e com teto base de propina.

O Conselheiro Bruno Gonçalves enalteceu a ação e os resultados da UMinho no que respeita à captação de novos estudantes, apresentando como exemplo a intensificação das visitas e ações levadas a cabo nas Escolas Secundárias de todo o país. Fez também referência aos esforços realizados junto das instituições brasileiras, os quais se traduziram num número considerável de estudantes que ingressaram na UMinho, e mencionou o facto de a cidade de Braga possuir uma grande capacidade para acolher estes novos públicos, constituindo assim uma oportunidade para a vinda e a fixação desses estudantes.

Elogiou também a postura adotada pela instituição na forma de preservar a proximidade e as relações com os seus ex-alunos.

O Reitor informou que não há ainda dados concretos sobre o modo como será organizada a oferta formativa por força da eliminação dos Mestrados Integrados, mas que tem vindo a reunir com os Presidentes das UOEl que possuem essa modalidade de formação para reflexão sobre a matéria. Considerou fundamental perceber o que as outras instituições estão a equacionar fazer, para que a UMinho encontre os pontos de diferenciação que possam tornar mais atrativa a sua oferta, ainda que este seja um processo longo e que obrigue a uma reconfiguração das ofertas educativas.

3. Alteração da designação do Núcleo de Investigação em Enfermagem (NIE) para Centro de Investigação em Enfermagem (CIEnf)

O Reitor deu a conhecer ao Conselho o propósito da alteração solicitada e informou a mesma havia já sido acolhida pelos órgãos da Escola Superior de Enfermagem, assim como pelo Senado Académico.

O Conselheiro Óscar Gonçalves disse concordar com a alteração da designação proposta, mas mostrou estranheza pelo facto de esta estar já consubstanciada nos órgãos da UOEI previamente à aprovação no Conselho. Referiu-se de seguida aos documentos apresentados, designadamente, ao Regulamento do Centro de Investigação e ao Regulamento para a Eleição do Diretor, afirmando que a redação destes lhe suscitou algumas dúvidas. No primeiro regulamento, salientou como ponto mais crítico o facto de este não ter o cuidado de articular convenientemente o funcionamento do Centro de Investigação com os diferentes órgãos da UOEI onde está inserido, o que deverá acontecer nos regulamentos dos demais Centros de Investigação da Universidade. Na redação do Regulamento Eleitoral do Diretor do Centro, considerou muito preocupante o facto de este articulado prever, em caso de empate no 2º escrutínio, a aplicação de um método que conduz não a uma eleição do Diretor, mas sim a uma designação do mesmo.

Identificadas as principais inconsistências constantes nos documentos, solicitou ao Reitor que de futuro seja dada a devida atenção aos regulamentos dos Centros de Investigação para que estes não subvertam o princípio fundamental subjacente às subunidades orgânicas.

O Conselheiro Luís Amaral secundou as preocupações tidas pelo Conselheiro Óscar Gonçalves e, no que respeita ao Regulamento para a Eleição do Diretor do Centro, mostrou-se surpreendido com o facto de o mesmo não prever a realização de um processo eleitoral com recurso a votação eletrónica. Recordou o objetivo da UMinho em implementar esta modalidade de votação nos seus diferentes órgãos, e solicitou que os regulamentos eleitorais a aprovar no futuro regulassem apenas aquilo que é essencial para a votação e remetessem para um regulamento próprio a forma como o ato eleitoral será operacionalizado.

Terminado o debate, o Presidente pediu ao Reitor para diligenciar junto da Escola Superior de Enfermagem no sentido de esta melhorar a redação dos regulamentos apresentados e colocou de seguida à votação o pedido de alteração da designação do Núcleo de Investigação em Enfermagem (NIE) para Centro de Investigação em Enfermagem (CIEuf), o qual foi aprovado por unanimidade.

4. Participação da UMinho na Associação Centro de Medicina P5

O Reitor transmitiu ao Conselho que a proposta apresentada pela Escola de Medicina diz respeito à criação de uma nova entidade intitulada "*Associação Centro de Medicina P5*", a qual pretende identificar um novo tipo de intervenção na área da saúde que se estrutura sobre o entendimento de uma medicina preditiva, preventiva, personalizada, participativa e de proximidade. Referiu que a ideia central subjacente a esta entidade é a de que a UMinho, através da Escola de Medicina e outras UOEI, poderá ter um papel importante na promoção de melhores cuidados de saúde ao nível da prevenção e da interligação entre Unidades Hospitalares e Unidades de Saúde Familiares (USF), iniciativa sem paralelo no país. Para além da utilização das novas tecnologias ao serviço da saúde, este tipo de intervenção contará também com uma equipa multidisciplinar constituída por médicos, enfermeiros, psicólogos e nutricionistas que prestarão serviços de saúde à população, em articulação com o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde Norte e



as diferentes USF. No que respeita ao financiamento do projeto, afirmou que este passará por uma contratualização com o Serviço Nacional de Saúde, bem como pela captação de financiamento próprio através do Fundraising da UMinho.

O Presidente agradeceu ao Reitor a contextualização da proposta de criação da Associação e solicitou a intervenção dos Conselheiros sobre a mesma.

O Conselheiro Joaquim Rocha mostrou-se sensível à proposta de participação da UMinho na Associação Centro de Medicina P5, mas chamou a atenção para o facto de o único documento submetido ao Conselho, e sobre o qual este se deverá pronunciar, se tratar de um documento provisório cuja redação apresenta significativas incoerências. Perante este facto, entendeu que o Conselho, muito embora não tendo como missão o escrutínio jurídico das ações universitárias, deverá exercer um controlo lato da sua atuação, em particular, no que concerne à garantia de que a redação dos documentos orientadores das atividades da Universidade que lhes são apresentados é efetuada de forma clara e em cumprimento das disposições legais em vigor. Neste âmbito, assinalou as seguintes incoerências encontradas no Regulamento da Associação em análise: i) menção a um Conselho Geral, sendo que este não faz parte do elenco dos órgãos sociais da Associação; ii) o elenco dos órgãos da direção (art.º 17.º) não é coerente no que ao número de elementos diz respeito; iii) existência de um Conselho Consultivo ao qual estão atribuídas funções deliberativas.

Afirmou estar disponível para, se os proponentes assim o entenderem, dar o seu contributo na revisão dos documentos sobre os quais o Conselho se tenha de pronunciar, de modo a que os mesmos possam ser mais solidamente entendidos, não só pelo órgão, mas também pela Comunidade Académica em geral.

O Conselheiro Óscar Gonçalves tornou clara a sua posição de que o propósito da Associação é muito pertinente e felicitou os colegas da Escola de Medicina responsáveis pelo projeto. Referiu, no entanto, a sua preocupação pelo facto de a apreciação do Conselho estar exclusivamente fundamentada por um documento que é ainda provisório e no qual é possível identificar a existência de várias inconsistências.

Recordou que havia já chamado a atenção no passado para a presença de anomalias graves nos estatutos das associações apresentados ao Conselho, e que os agora em análise denotam não ter havido o cuidado de rever convenientemente o documento antes da sua submissão. Afirmou não estar em condições de aprovar a participação da UMinho numa associação que apresenta uns estatutos tão lacunares, e entendeu que o Conselho só se deverá pronunciar sobre documentos finalizados e sujeitos apenas a alterações de pormenor.

O Conselheiro Luís Amaral secundou a preocupação referente ao conjunto de inconsistências identificadas nas intervenções anteriores e apresentou uma mais substantiva, decorrente do disposto no n.º 5 do artigo 9.º dos Estatutos, no qual é referido que “o exercício dos cargos sociais não é remunerado, exceto no caso dos membros da Direção, mediante deliberação da Assembleia Geral”. Entendeu que, tratando-se de uma associação sem fins lucrativos, é inusitado que os membros da sua direção, cujo contexto estará eminentemente condicionado pela UMinho, possam decidir se os seus cargos serão ou não remunerados.

Chamou a atenção para o facto de não existir nenhuma outra associação, ou instituto de interface na esfera da UMinho, cujos cargos sociais sejam remunerados, pelo que, a vigorem os Estatutos apresentados, esta será a primeira situação em que tal se verifica. Face a esta situação, afirmou não estar em condições de votar favoravelmente a participação da UMinho numa Associação que tenha esta premissa nos seus Estatutos.

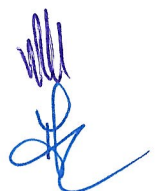
O Conselheiro Eugénio Ferreira saudou a pertinência da iniciativa e mencionou o património social da Associação, referido nos Estatutos como sendo no montante de 50.000 euros, os quais serão repartidos pela UMinho (90%) e pela Associação dos Antigos Alunos da Escola de Medicina (10%). Tendo por base estes dados financeiros, questionou o Reitor se os 90% que dizem respeito ao UMinho serão suportados por verbas próprias da Escola de Medicina/ICVS ou por verbas da Reitoria. O Reitor respondeu que todos os compromissos decorrentes do desenvolvimento do projeto serão suportados por verbas próprias da Escola de Medicina/ICVS.

O Reitor compreendeu as reservas apresentadas pelos Conselheiros Joaquim Rocha, Óscar Gonçalves e Luís Amaral, mas referiu não ser competência do Conselho a aprovação dos Estatutos, mas sim a participação ou não da UMinho na Associação. Afirmou que a apresentação dos Estatutos teve apenas como propósito apresentar mais aprofundadamente o que está previsto em termos de objeto da Associação e que estes poderão ser melhorados de modo a tornarem-se mais elucidativos. Sugeriu que no futuro estas propostas fossem apresentadas ao Conselho por um dos promotores, com vista a expor os pormenores mais técnicos das mesmas.

O Conselheiro Bruno Gonçalves chamou a atenção para o facto de, para além da exposição feita pelo Reitor, o Conselho ter apenas como suporte à sua decisão os Estatutos remetidos e afirmou que, muito embora entenda o propósito e a pertinência da missão da Associação, não se sentia confortável em votar a participação apenas com base no documento provisório apresentado.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva entendeu que o envolvimento da UMinho neste projeto será muito interessante, face aos desafios e às mutações ocorridos nas políticas de saúde, em particular no que respeita aos cuidados de saúde à Comunidade. Contudo, o seu entendimento foi o de que o documento exibido ao Conselho pela Escola proponente não é suficiente para identificar o propósito do projeto, de modo a que o Conselho se possa pronunciar sobre a participação da UMinho na Associação.

O Conselheiro José Teixeira informou ser conhecedor do projeto e reconheceu que a informação apresentada fica muito aquém da verdadeira importância do projeto, pelo que considerou não dever ser colocada à votação a participação da UMinho nestas circunstâncias, sob pena de desvalorizar o que está verdadeiramente em causa. Sugeriu que a Escola fizesse chegar ao Conselho uma memória descritiva/justificativa para melhor análise e votação da proposta.



Findo o debate, o Presidente afirmou que, manifestamente, a minuta dos Estatutos da Associação reclama uma revisão, na medida em que estes apresentam alguns aspetos que suscitam dúvidas ao Conselho e que, dada a forma como a proposta foi apresentada, este não se poderá pronunciar sobre a participação da UMinho na Associação Centro de Medicina P5. Neste contexto, o Conselho considerou a pertinência do propósito da criação Associação Centro de Medicina P5, mostrou-se sensível à importância da nova forma de olhar o setor da saúde, e solicitou aos proponentes para que, na segurança de que se aprove em outra reunião do órgão as linhas gerais da proposta, refaçam o documento relativo aos Estatutos e apresentem ao Conselho uma memória descritiva do projeto.

Terminado este ponto da ordem dos trabalhos, o Presidente deu por terminado o período da reunião aberta ao público.

5. Desenvolvimento da *Innovation Arena* na “Quinta dos Peões”

O Reitor transmitiu ao Conselho que a Câmara Municipal de Braga (CMB) anunciou o desenvolvimento do projeto “Innovation Arena”, empreendimento para a instalação de projetos de vanguarda de componente tecnológica e inovação na cidade de Braga, estando prevista a sua implementação na “Quinta dos Peões”, terreno situado na zona envolvente da UMinho. Informou que este terreno é hoje propriedade privada, que assim se tornou por alienação do estado em 1995, sendo que o efeito desta alienação é gravoso para UMinho, na medida em que esta viu limitado o seu desenvolvimento naquele espaço. O destino deste terreno tem sido objeto de muito debate e a atual empresa proprietária está a passar por um processo de cisão, razão pela qual nenhum dos dois sócios quer assumir uma decisão final. Há, no entanto, um compromisso assumido pela CMB em como a UMinho será ouvida antes de ser realizada qualquer ação sobre o terreno.

Entendeu que este seria o momento de informar e auscultar da sensibilidade do Conselho sobre esta matéria, na medida em que este órgão poderá vir a ter que se pronunciar sobre a mesma. Afirmou que a UMinho deverá ser um participante ativo no processo de desenvolvimento do “Innovation Arena”, e que as potencialidades e os projetos que vierem a ser desenvolvido nesse âmbito terão que estar em articulação com a atividade da Universidade e do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia.

O Conselho agradeceu ao Reitor as informações prestadas e entendeu que deverá haver um envolvimento direto da Universidade naquela que será a definição no projeto “Innovation Arena”, mostrando-se disponível para colaborar com o Reitor nesse sentido. Foi solicitado ao Reitor que mantenha o Conselho informado dos desenvolvimentos deste processo.

6. Outros assuntos

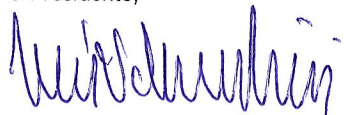
Por proposta do Reitor, o Conselho debateu o processo de extinção da Fundação Carlos Lloyd Braga (FCLB), na sequência da deliberação tomada pelo Conselho Geral dessa Fundação em 1 de outubro de 2017, em

face de diferentes constrangimentos, designadamente de natureza financeira. O Reitor fez um enquadramento do processo ao Conselho, salientando que a FCLB, instituída em 1999 e reconhecida pela Portaria n.º 737/99 (2ª série), com os fins de promover o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e económico da região e do país através de ações que envolvessem a UMinho, teve como membro fundador a Universidade do Minho. Referiu que os Estatutos da FCLB preceituam que em caso de extinção o património reverte para a Universidade do Minho, enquanto fundadora, o mesmo acontecendo com os respetivos direitos e obrigações, após liquidação, nos termos da Lei Quadro das Fundações pelo que, entretanto, os seus bens foram integrados no património da Universidade. Informou o Conselho de que a Universidade remeteu o processo de extinção da FCLB para homologação da Presidência do Conselho de Ministros, tendo sido transmitido que a decisão de extinção da FCLB, fundação pública de direito privado, cabe aos órgãos da Universidade com competência para o efeito, sendo que se concluiu, em face do disposto nas disposições conjugadas do artigo 10.º e da alínea h) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade, que essa competência é do Conselho Geral.

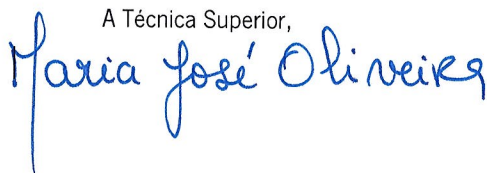
Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade a extinção da Fundação Carlos Lloyd Braga, nos termos das disposições estatutárias acima referidas.

Finda a ordem dos trabalhos, o Presidente agradeceu a todos os Conselheiros e ao Reitor as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 14:40 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e, na ausência da Secretária do órgão, pela Técnica Superior do Secretariado do Conselho Geral que tecnicamente assessorou a reunião.

O Presidente,



A Técnica Superior,



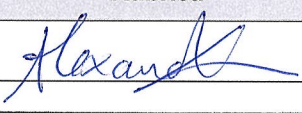

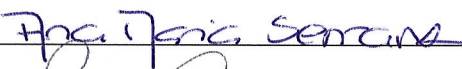
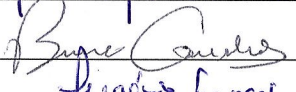
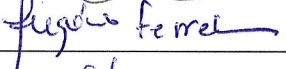
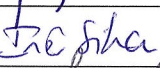
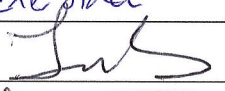

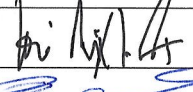
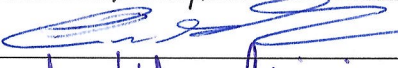
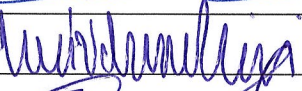
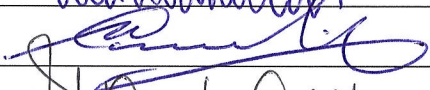
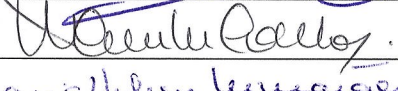
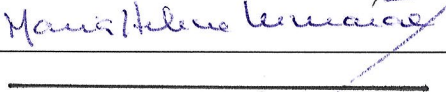

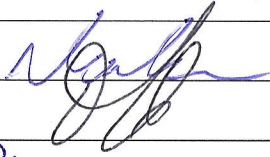
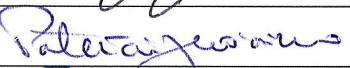
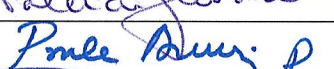
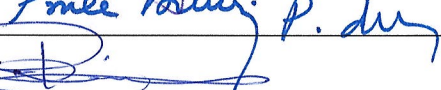
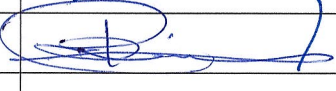




Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária nº 05/2018

22/10/2018

Nome	Rubrica
Alexandra Margarida Pinto Marques	
Álvaro Iriarte Sanromán	
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	
Inês da Costa e Silva	
Isabel Maria Costa Soares	
Joaquim Manuel Freitas da Rocha	
José Gonçalves Teixeira	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Luís Francisco Valente de Oliveira	
Manuel Carvalho da Silva	
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	
Maria José Arantes Costa	
Nuno Henrique Vieira Reis	
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	
Paula Araújo Pereira da Silva	
Paulo António Alves Pereira	
Ramón Villares	
Sandra Cristina Almeida Paiva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	